



ACÓRDÃO Nº872/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12333/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Autazes.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Emilson Sales de França (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICREA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2790/2021-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Autazes. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Autazes, sob a responsabilidade do Sr. **Emilson Sales de França**, Presidente no exercício de 2019, pelas restrições 1, 2, 3, 13, 15, 16, 17, 20.1 "b", 20.2 "b", 20.3 "b", 20.4 "b", 20.5 "b", 20.6 "b", 21 "b" e 21 "c" do Relatório Conclusivo nº 044/2021-DICAMI (fls. 224/259) e pelo achado 1 da Informação Conclusiva n. 24/2021-DICREA (fls. 262/264), nos termos do art. 22, inciso III, "b" c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96.

10.2. Aplicar Multa ao Sr. **Emilson Sales de França**, Presidente da Câmara Municipal de Autazes, no exercício de 2019, no valor de **R\$ 8.534,00** (oito mil, quinhentos e trinta e quatro reais) pela restrição 1 do Relatório Conclusivo nº 044/2021-DICAMI (fls. 224/259), impropriedade também elencada no Relatório/Voto, com base no art. 308, I, "a" da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

10.2.1. Fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item acima, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 –



ACÓRDÃO Nº872/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. **Emilson Sales de França**, Presidente da Câmara Municipal de Autazes, no exercício de 2019, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos) pelo achado 1 da Informação Conclusiva nº 24/2021-DICREA (fls. 262/264), impropriedade também elencada neste Relatório/Voto, com base no art. 308, I, “c” da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

10.3.1. Fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item acima, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do



ACÓRDÃO Nº872/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento
do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Aplicar Multa** ao Sr. Emilson Sales de França, Presidente da Câmara Municipal de Autazes, no exercício de 2019, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) pelas restrições 2, 13, 15, 16, 17, 20.1 “b”, 20.2 “b”, 20.3 “b”, 20.4 “b”, 20.5 “b”, 20.6 “b”, 21 “b” e 21 “c” do Relatório Conclusivo nº 044/2021-DICAMI (fls. 224/259), impropriedades também elencadas neste Relatório/Voto, com base no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

10.4.1. Fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item acima, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. Considerar em Alcance** ao Sr. Emilson Sales de França, Presidente da Câmara Municipal de Autazes, no exercício de 2019, no valor de **R\$ 122.763,30** (cento e vinte e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta centavos), pela restrição 03 do Relatório Conclusivo nº 044/2021-DICAMI (fls. 224/259), impropriedade também elencada no Relatório/Voto, com base no art. 305 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM alterada pela Resolução nº 04/2018.

10.5.1. Fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, mencionado no item acima, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal



ACÓRDÃO Nº872/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de Autazes, com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, "a", da Lei no 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3o, da Res. no 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução no 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

10.6. Recomendar ao atual gestor da **Câmara Municipal de Autazes** no sentido de:

- 10.6.1.**atentar quanto à realização de concurso público para suprir a deficiência do quadro de pessoal do Poder Legislativo, observando os critérios estabelecidos na Lei n. 101/2000;
- 10.6.2.**adequar os demonstrativos enviados ao E-contas aos moldes do Manual de Demonstrativos Fiscais, a fim de evitar inconsistências.

11- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 19 de Agosto de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº872/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire
Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição